



<u>DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026</u>	
DISPENSA ELETRONICA 012/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 036/2026	ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: A Partir do dia 08/05/2026 às 11:00 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF); DO ENCERRAMENTO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 13/05/2026 às 07:59 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF); SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 13/05/2026 das 08:00 horas às 14:00 .
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2026	
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços especializados de comunicação institucional estratégica, contemplando planejamento comunicacional, consultoria técnica, organização e produção de conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais, fornecimento de monitoramento de redes sociais e desenvolvimento de publicações em texto, áudio, vídeo e artes gráficas.	
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.016,67 (dezenove mil e dezesseis reais e sessenta e sete centavos)	
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS: prefeiturasleal@gmail.com Plantaforma: licitanet	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL-PI
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026
Processo Administrativo nº 036/2026
Edital Nº 028/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) a Prefeitura Municipal de Sebastião Leal por meio do(a) Secretaria Municipal de Administração com sede na Rua São José Nº 56 – Bairro Centro, realizará procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento (**MENOR PREÇO GLOBAL**), nos termos ainda o Decreto Municipal nº 001/2025 e Decretos Municipais nº 003/2025, 006/2025, 007/2025 e 08/2025, e demais legislações vigentes, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e do Art. 75 Inciso II da Lei nº 14.133/21, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O presente instrumento tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços especializados de comunicação institucional estratégica, contemplando planejamento comunicacional, consultoria técnica, organização e produção de conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais, fornecimento de monitoramento de redes sociais e desenvolvimento de publicações em texto, áudio, vídeo e artes gráficas, conforme proposta apresentada, que anexamos ao presente.

1.2. A contratação será exclusiva para ME, EPP E MEI, cujo interessados que atuam no ramo do objeto desta dispensa de licitação, conforme as especificação descritas no Termo de referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante acesso à plataforma eletrônica LICITANET, disponível no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3. pessoa física.



2.2.4. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;
- c) pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.4.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4.3. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os objetos nos seus termos.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.8.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.8.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

FASE DE LANCES

3.9. A partir das 08:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

3.9.1. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

3.9.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **total**.

3.9.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

3.9.4. O licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

3.9.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$10,00 reais.

3.9.6. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

3.9.7. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

3.9.8. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

3.9.9. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

3.9.10. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

3.10. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

3.10.1. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

3.10.2. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

3.10.3. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



- 3.10.4. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 3.10.5. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 3.10.6. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.
- 3.10.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3.10.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 3.10.9. contiver vícios insanáveis;
- 3.10.10. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 3.10.11. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 3.10.12. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 3.10.13. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 3.10.14. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 3.10.14.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 3.10.14.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 3.10.15 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

3.10.16 HABILITAÇÃO

- 3.10.17 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 3.10.18 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 3.10.19 a) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 3.10.20 b) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 3.10.21 c) **Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU**;
- 3.10.22 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 3.10.23 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 3.10.24 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 3.10.25 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 3.10.26 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 3.10.27 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 3.10.28 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio dos



documentos por ele abrangidos.

3.10.29 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

3.10.30 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

3.10.31 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

3.10.32 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

3.10.33 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

3.10.34 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente,

3.10.35 na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

3.10.36 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

3.10.37 CONTRATAÇÃO

3.10.38 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

3.10.39 O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

3.10.40 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

3.10.41 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

3.10.42 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

3.10.43 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.44 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

3.10.45 O prazo de vigência da contratação é de até 31 de Dezembro de 2025, prorrogável conforme previsão nos anexos a este edital de Contratação Direta.

3.10.46 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

4 SANÇÕES

4.1. Comete infração administrativa ao prestador que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

4.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

4.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

4.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

4.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

4.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

4.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



do prazo de validade de sua proposta;

4.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

4.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

4.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

4.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

4.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

4.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

4.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 4.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor prejudicado pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 4.1.1 a 4.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 4.1.2 a 4.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 4.1.8 a 4.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

4.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

4.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

4.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

4.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

4.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

4.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

4.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

4.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

4.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

4.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

4.8.1 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

4.8.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

4.8.3 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

4.8.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.8.5 O procedimento será divulgado no LICITANET, endereço: www.licitanet.com.br

4.8.6 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

4.8.6.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

4.8.6.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

4.8.6.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

4.8.6.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

4.8.7 As providências dos subitens 4.17.19.1 e 4.17.19.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

4.8.8 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

4.8.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.8.10 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

4.8.11 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

4.8.12 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

4.8.13 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

4.8.14 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

4.8.15 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

4.8.16 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

4.8.17 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



-
- 4.8.18 ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;
4.8.19 ANEXO II – Termo de Referência;
4.8.20 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato.

Sebastião Leal PI, 05 de maio de 2026.

Camila de Sousa Veloso
Agente de Contratação



ANEXO I –

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.3 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.5 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.6 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 Qualificação Econômico-Financeira:

- 3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

4.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



4.1.1. Atestado (s) de capacidade técnica emitido pelo representante legal da pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a Licitante executou/forneceu serviços/produtos “compatíveis” com o objeto desta Dispensa.



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços especializados de comunicação institucional estratégica, contemplando planejamento comunicacional, consultoria técnica, organização e produção de conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais, fornecimento de monitoramento de redes sociais e desenvolvimento de publicações em texto, áudio, vídeo e artes gráficas, conforme proposta apresentada, que anexamos ao presente.

JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade de fortalecimento da comunicação institucional da Administração Pública, garantindo maior transparência, publicidade dos atos administrativos e disseminação de informações de interesse coletivo.

Com o avanço das tecnologias digitais e a crescente utilização das redes sociais como principal meio de acesso à informação pela população, torna-se indispensável que o ente público disponha de estratégias eficientes de comunicação, capazes de assegurar clareza, rapidez e alcance das informações institucionais.

Nesse contexto, verifica-se a necessidade de serviços especializados que envolvam planejamento comunicacional, consultoria técnica e produção de conteúdo multimídia, abrangendo textos, artes gráficas, vídeos e materiais em áudio, além do monitoramento contínuo das redes sociais institucionais.

Ressalta-se que tais atividades demandam conhecimento técnico específico e ferramentas adequadas, não sendo plenamente supridas pela estrutura interna da Administração, o que pode comprometer a qualidade, a regularidade e a efetividade da comunicação pública.

A ausência desses serviços pode ocasionar falhas na divulgação de ações governamentais, prejuízos à transparência pública, desinformação da população e redução do alcance das políticas públicas implementadas.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária para assegurar uma comunicação institucional eficiente, alinhada aos princípios da publicidade, eficiência e interesse público, contribuindo para o fortalecimento da relação entre a Administração e a sociedade.

2. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1.A execução dos serviços deverá ocorrer de forma presencial ("in loco"), nas dependências da Prefeitura Municipal e demais locais indicados pela Administração, **sempre que necessário** ao adequado acompanhamento das ações institucionais, cobertura de eventos, reuniões, campanhas e demais atividades oficiais.

2.2.A Contratada deverá disponibilizar **profissional habilitado para comparecimento presencial periódico** junto aos

Rua São José, 56 – Sebastião Leal – Piauí – CEP- 64.873-000*****CNPJ 01612610/0001-09

E-mail: prefeiturasleal@gmail.com ***** Portal www.sebastiaoaleal.pi.gov.br



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



órgãos da Administração Municipal, visando ao alinhamento estratégico das demandas, coleta de informações, produção de conteúdo institucional e acompanhamento das atividades administrativas.

2.3.A presença física da equipe técnica justifica-se pela necessidade de captação de imagens, gravação de vídeos, entrevistas, cobertura de eventos públicos, registro de ações governamentais e interação direta com os setores administrativos, garantindo maior eficiência, agilidade e qualidade na execução dos serviços.

2.4.A Administração poderá convocar a Contratada para atendimento presencial sempre que houver necessidade de cobertura institucional urgente, eventos oficiais, campanhas públicas ou demandas extraordinárias relacionadas à comunicação institucional.

2.5.As despesas com deslocamento, equipamentos, pessoal técnico e demais custos necessários à execução presencial dos serviços correrão por conta exclusiva da Contratada.

3. RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. Constatadas irregularidades na execução do objeto contratual, o CONTRATANTE poderá:

3.1.1. Quanto às especificações ou à qualidade dos serviços prestados, rejeitá-los, no todo ou em parte, determinando a sua adequação ou refazimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

3.1.2. Na hipótese de necessidade de correção ou refazimento, a Contratada deverá proceder às adequações indicadas pela Administração no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da notificação formal, mantidas as condições e o preço inicialmente contratados;

3.1.3. A execução dos serviços poderá iniciar-se na data da assinatura do contrato, mediante emissão da Ordem de Serviço e da respectiva Nota de Empenho, devidamente autorizadas pela autoridade competente.

4. DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será realizado na Secretaria Municipal de Finanças de SEBASTIÃO LEAL-PI, até 30 (trinta), dias após a solicitação que deverá ser protocolada até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao do fornecimento, acompanhado da nota fiscal/fatura, emitida juntamente com recibo em 04 (quatro) vias de igual valor, cópia do contrato, nota de empenho, certidão negativa de débitos trabalhistas, FGTS, certidão conjunta de débitos fiscais junto à união, certidão negativa de débitos junto a SEFAZ, certidão negativa de débitos municipais, autorização de fornecimento do objeto, firmado pela autoridade competente, e em conformidade com o disposto no art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei 8.666/93.

4.1.1 A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente os serviços prestados e produtos fornecidos a que se referir.

4.1.2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração;

4.1.3. Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer



obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do produto.

5. DA UNIDADE FISCALIZADORA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

5.1.A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração para atuar como Fiscal e/ou Gestor do Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe o acompanhamento, controle e verificação da adequada prestação dos serviços contratados.

5.1.1.O Fiscal/Gestor do Contrato deverá registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando à CONTRATADA as providências necessárias para correção de falhas, irregularidades ou descumprimentos constatados.

5.1.2.As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal/Gestor deverão ser encaminhadas, em tempo hábil, à autoridade competente para adoção das medidas administrativas cabíveis.

5.1.3.O recebimento dos serviços ficará sob responsabilidade da unidade requisitante, por intermédio do Fiscal/Gestor do Contrato ou servidor por ele designado, mediante verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações e condições estabelecidas neste instrumento.

5.2. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

I – Provisoriamente

Mediante atesto do Fiscal/Gestor do Contrato, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações contratuais.

II – Definitivamente

No prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório e da apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, após verificação da qualidade, regularidade e plena execução do objeto contratado, desde que não existam pendências ou irregularidades a serem sanadas.

5.3.Constatada qualquer falha, inadequação, inconsistência ou desconformidade na execução dos serviços, a CONTRATADA será formalmente notificada pelo Fiscal/Gestor do Contrato e deverá promover as devidas correções no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.4.A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou emprego inadequado de materiais e equipamentos.

6. DO CONTRATO

6.1 Com base no Art. 75 inciso II da Lei 14.133/2021, após a HOMOLOGAÇÃO pela Prefeitura Municipal será formalizado Contrato que contará, necessariamente, com as condições especificadas no Edital ou sua substituição por instrumentos similares, conforma faculta o Art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.1 Todos os instrumentos e atos oriundos da presente licitação são complementares entre si para todos os efeitos legais, inclusive para fins de apurar as responsabilidades das partes.

7. DA ADJUDICAÇÃO E FORMA DE CONTRATAÇÃO

7.1 Não havendo interposição de recurso, o agente de contratação fará a adjudicação do objeto do



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



certame aos licitantes vencedores que ofertarem o MENOR PREÇO. Na existência de recurso e sendo estes decididos, a autoridade competente fará a adjudicação.

7.2 A homologação da licitante(s) é de responsabilidade da autoridade competente como ato de controle final e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao(s) proponente(s) vencedor (es), seja de parte do agente de contratação ou da própria autoridade em grau do reexame do recurso.

7.3 Para a prestação dos serviços fica facultada a Secretaria requisitante firmar contrato ou substituí-lo por NOTA DE EMPENHO, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA, ORDEM DE SERVIÇOS ou outro instrumento similar.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Sem prejuízo do integral cumprimento das disposições deste procedimento e das obrigações decorrentes do contrato, caberá à CONTRATADA:

8.1.1. Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando todos os recursos materiais, tecnológicos e humanos necessários à adequada prestação dos serviços.

8.1.2. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do contrato, inclusive por atos praticados por seus empregados, prepostos ou colaboradores.

8.1.3. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas à execução do objeto contratado, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, deslocamentos, alimentação, hospedagem e demais custos necessários.

8.1.4. Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação.

8.1.5. Garantir a qualidade dos serviços prestados, responsabilizando-se pela correção, às suas expensas, de quaisquer falhas, inconsistências ou serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas.

8.1.6. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

8.1.7. Executar os serviços em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada, do Termo de Referência e das determinações emitidas pela CONTRATANTE.

8.1.8. Comunicar imediatamente, por escrito, à fiscalização do contrato qualquer anormalidade, fato extraordinário ou situação que possa comprometer a execução dos serviços.

8.1.9. Responder civil, administrativa e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosa ou culposa de seus empregados ou prepostos.

8.1.10. Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços contratados, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

8.1.11. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros em razão de irregularidades, falhas técnicas, negligência, imprudência ou imperícia na execução contratual.

8.1.12. Informar, previamente à assinatura do contrato, os dados completos do representante legal autorizado a firmá-lo, incluindo nome completo, CPF, RG, estado civil, nacionalidade, profissão e instrumento de representação legal.

8.1.13. Não veicular publicidade, divulgar informações ou utilizar o nome institucional da CONTRATANTE sem autorização prévia e expressa da Administração.

8.1.14. Assumir integral responsabilidade por reclamações, demandas judiciais, ações trabalhistas ou quaisquer ônus decorrentes da execução contratual, inclusive aqueles ajuizados por terceiros contra a CONTRATANTE.

8.1.15. Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE, por meio dos servidores designados para acompanhamento e gestão contratual, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.

8.1.16. Cumprir integralmente a legislação federal, estadual e municipal aplicável à execução contratual, responsabilizando-se pelos prejuízos decorrentes de eventual descumprimento.

8.1.17. Fornecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, relatórios, documentos, informações técnicas e esclarecimentos relacionados à execução dos serviços.

8.1.18. Disponibilizar atendimento presencial ("in loco") sempre que solicitado pela Administração, para cobertura de



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



eventos, produção de conteúdo institucional, alinhamento estratégico e acompanhamento das ações governamentais.

8.1.1 Informar na Proposta Comercial o endereço eletrônico (e-mail) e contato telefônico válido a fim de estabelecer e facilitar o envio de informações (Avisos, Convocações, Empenhos, Autorizações de Fornecimento) entre a Contratada e o Setor competente, responsável pelo envio dos documentos.

9. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

- 9.1 Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as demais obrigações decorrentes do contrato, cabe à contratante:
- 9.2 Proporcionar todas as facilidades para que o prestador possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste procedimento;
- 9.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pelo prestador;
- 9.4 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- 9.5 Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos serviços, para imediata correção;
- 9.6 Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento.

10. DO VALOR ESTIMADO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 Após pesquisa do preço de mercado, efetuada pelo setor responsável da Prefeitura Municipal de SEBASTIÃO LEAL-PI, a especificação dos serviços e o valor total dos itens para futura contratação é o estimado logo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços especializados de comunicação institucional estratégica, contemplando planejamento comunicacional, consultoria técnica, organização e produção de conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais, fornecimento de monitoramento de redes sociais e desenvolvimento de publicações em texto, áudio, vídeo e artes gráficas.	MÊS	7	2.716,67	19.016,67

VALOR TOTAL: R\$ 19.016,67 (dezenove mil e dezesseis reais e sessenta e sete centavos).

10.2. O valor total estimado para a futura contratação dos fornecimentos será de **R\$ 19.016,67 (dezenove**



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



mil e dezesseis reais e sessenta e sete centavos), pela prestação completa dos serviços contratados.

10.3. O preço dos serviços apresentados no presente Termo de Referência foram extraídos de cotações realizadas no mercado local, conforme relatórios de cotações e planilha de estimativa em anexo, razão pela qual não serão realizadas alterações nas especificações dos materiais, nem tampouco será adquirido quaisquer materiais que apresente preço superior ao fixado no Termo de Referência, salvo nos casos autorizados pelo ordenador de despesa, quando, comprovadamente, os preços estimados estiverem abaixo dos preços praticados no mercado.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



ANEXO III

DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 012/2026
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXXXXXXXXXXX

Processo Administrativo nº 036/2026 – Dispensa Eletrônica nº 012/2026

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LEAL-PI, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXX E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LEAL/PI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua São José Nº 56- Bairro Centro, Sebastião Leal-PI, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE MUNICIUPAL *******, CNPJº *****, endereço ***** Bairro **-, Sebastião Leal-PI, neste ato representado, pelo Sr. **XXXXXXXXXX**, brasileiro, casado. portador do CPF XXXXXX-00 e RG XXXX-SSP-PI, residente e domiciliado à rua xxxxxxxx Centro- Sebastião Leal-PI, simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** denominada simplesmente CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, o contrato, previsto na Dispensa Eletrônica Nº 012/2026, formalizada nos autos do Processo Administrativo nº036/2026, observadas as prescrições da Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, e pelas condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços especializados de comunicação institucional estratégica, contemplando planejamento comunicacional, consultoria técnica, organização e produção de conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais, fornecimento de monitoramento de redes sociais e desenvolvimento de publicações em texto, áudio, vídeo e artes gráficas.

1.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, nos termos do artigo 125, da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores.

1.3 A CONTRATADA prestará os serviços, rigorosamente de acordo com os termos deste contrato, sem prejuízo das prescrições e obrigações previstas no Edital e anexo, de acordo com o presente instrumento de forma complementar para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO

2.1.Os serviços serão executados conforme as demandas da Prefeitura Municipal de Sebastião Leal – PI, mediante solicitação formal expedida pela autoridade competente ou servidor devidamente designado pela Administração.

2.2.A CONTRATADA deverá realizar a produção, organização e fornecimento de conteúdos institucionais destinados à divulgação das ações, programas, campanhas, eventos e atividades da Prefeitura Municipal de Sebastião Leal – PI, em formatos compatíveis com os canais oficiais de comunicação da Administração;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



- 2.3. Os conteúdos produzidos deverão compreender materiais em texto, imagem, áudio, vídeo, artes gráficas e demais formatos multimídia necessários à adequada divulgação institucional das ações governamentais;
- 2.4. Os conteúdos institucionais deverão ser elaborados de forma clara, organizada e acessível, observando linguagem compatível com o interesse público e com as diretrizes institucionais da Administração Municipal;
- 2.5. A entrega dos materiais e conteúdos produzidos deverá ocorrer nos prazos estabelecidos pela Administração ou conforme cronograma previamente acordado entre as partes;
- 2.6. A CONTRATADA deverá assegurar a qualidade, integridade e adequação técnica dos conteúdos institucionais produzidos e encaminhados à CONTRATANTE, observando as diretrizes estabelecidas pela Administração Municipal.
- 2.7. É vedado à CONTRATADA modificar, editar, remover ou divulgar conteúdos institucionais sem prévia autorização da CONTRATANTE, ressalvadas as hipóteses de cumprimento de obrigação legal ou determinação judicial.
- 2.8. A CONTRATADA deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), adotando medidas técnicas, administrativas e operacionais adequadas à proteção dos dados e informações fornecidos pela CONTRATANTE.
- 2.9. A CONTRATADA compromete-se a manter absoluto sigilo e confidencialidade sobre quaisquer informações técnicas, estratégicas, institucionais ou administrativas a que tiver acesso em razão da execução contratual, inclusive após o encerramento do contrato.
- 2.10. A execução dos serviços **compreenderá atendimento presencial (“in loco”)** junto à sede da Prefeitura Municipal de Sebastião Leal – PI e demais locais indicados pela Administração, especialmente para cobertura de eventos oficiais, captação de imagens e vídeos, gravações, entrevistas, reuniões institucionais e acompanhamento das ações governamentais.
- 2.11. A CONTRATADA deverá **disponibilizar profissional(is) qualificado(s) para atendimento presencial periódico**, conforme demanda da Administração Municipal, visando garantir alinhamento estratégico das ações institucionais, produção de conteúdo em tempo real e adequada execução dos serviços contratados.
- 2.12. A presença física da equipe técnica da CONTRATADA constitui condição essencial para a adequada execução contratual, considerando a natureza dos serviços de comunicação institucional estratégica e a necessidade de acompanhamento contínuo das atividades administrativas e institucionais da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

- 3.1 valor global do presente CONTRATO é de R\$ xxxxxxxxxx, destinado a atender a demanda da contratante pelo período de vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1 As aquisições dos objetos correrão por conta de recursos oriundos da Secretaria Municipal de Administração;
Projeto/Atividade: XXXX; Elemento de Despesa: XXXX; Fonte de Recursos: XXXX.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1 O pagamento será realizado pela Secretaria Municipal de Finanças de Sebastião Leal-PI, através do setor competente, em até 30 dias após a solicitação que deverá ser protocolada até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao fornecimento do objeto, acompanhado da nota fiscal/fatura devidamente atestada, emitida juntamente com recibo em 03 (três) vias de igual valor, cópia do contrato e/ou nota de empenho, cópia das certidões de regularidade fiscal junto à união, estado e município, CNDT e FGTS, Autorização de Fornecimento do objeto, firmado pela autoridade competente, e em conformidade com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/21.
- 5.2 A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente os objetos fornecidos.
- 5.3 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.
- 5.4 Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta do fornecimento do objeto.

5.5 O pagamento somente será realizado após a verificação da situação das formalidades acima previstas, relativa às condições de habilitação exigidas na contratação e em caso de pendência o pagamento será suspenso, até regularização fiscal.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O presente Contrato terá vigência de até 31 de dezembro de 2026, a partir de sua assinatura e publicação, podendo ser prorrogado nos casos autorizados na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores se for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Além das obrigações e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos, as partes comprometem-se a cumprir fielmente as cláusulas pactuadas neste instrumento contratual, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos da legislação vigente.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.2.1. Designar preposto para representá-la durante toda a vigência contratual, com poderes para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos e atender às solicitações da CONTRATANTE.

7.2.2. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação, comunicando imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato superveniente que possa comprometer sua regularidade.

7.2.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que forem constatados vícios, defeitos, incorreções ou falhas de execução.

7.2.4. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Administração.

7.2.5. Executar integralmente o objeto contratado em conformidade com as especificações técnicas, condições, prazos e exigências estabelecidas neste contrato e seus anexos.

7.2.6. Cumprir rigorosamente os prazos fixados para execução dos serviços e atendimento das demandas da CONTRATANTE.

7.2.7. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE quaisquer irregularidades, impedimentos ou situações que possam comprometer a adequada execução dos serviços, prestando os esclarecimentos necessários.

7.2.8. Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias, comerciais e demais encargos decorrentes da execução contratual, inclusive despesas com pessoal, transporte, alimentação, equipamentos, seguros e tributos.

7.2.9. Assumir integral responsabilidade por eventuais demandas judiciais, administrativas ou extrajudiciais relacionadas à execução contratual.

7.2.10. Observar e cumprir toda a legislação aplicável à execução do objeto, especialmente as normas relativas à proteção de dados pessoais, segurança da informação, direitos autorais e propriedade intelectual.

7.2.11. **Disponibilizar atendimento presencial ("in loco") sempre** que solicitado pela CONTRATANTE, especialmente para cobertura de eventos institucionais, reuniões, entrevistas, gravações, captação de imagens e acompanhamento de ações governamentais.

7.3. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

7.3.1. Veicular publicidade, divulgar informações institucionais ou utilizar o nome, marca ou imagem da CONTRATANTE para fins promocionais sem autorização prévia e expressa.

7.3.2. Subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratual sem prévia autorização formal da CONTRATANTE, observadas as disposições legais aplicáveis.

7.3.3. Contratar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, ativo ou aposentado, ocupante de cargo em



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



comissão, função de confiança ou agente político, bem como seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, em observância às normas de vedação ao nepotismo.

7.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.4.1. Emitir as Ordens de Serviço e a respectiva Nota de Empenho necessárias à execução contratual.

7.4.2. Prestar à CONTRATADA todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários à fiel execução do objeto contratado.

7.4.3. Designar servidor responsável pelo acompanhamento, gestão e fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.4. Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de falhas, irregularidades ou desconformidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo razoável para saneamento.

7.4.5. Efetuar os pagamentos devidos nas condições, prazos e forma estabelecidos neste contrato, após a devida comprovação da execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, além das penalidades específicas, a sua rescisão com as consequências contratuais e legais.

8.2. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado, a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, conforme previsto no artigo 111, II, da Lei Federal 14.133/21.

8.3. O presente contrato será extinto nas hipóteses previstas no art. 155 da lei 14.133/21.

8.4. A rescisão por culpa do contratado dará ensejo às responsabilidades administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal 14.133/21).

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 Caso a contratado apresente documentação falsa, enseje o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, será descredenciado no Sistema de Cadastro do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais, conforme previsto no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1 Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula sexta desse contrato, é vedado qualquer reajustamento de preços, salvo na hipótese de revisão ou reajuste dos preços contratados para manutenção do equilíbrio financeiro do contrato nos casos previstos na Lei nº 14.133.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A contratante designará o servidor **xxxxxxxxxxxx**, que atuará como o fiscal do presente Contrato, a qual acompanhará a execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE

12.1 O CONTRATADO responde civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, o ressarcimento ou indenização



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



pelos danos ou prejuízos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MOTIVAÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO.

13.1 A formalização desse instrumento foi motivada em face da necessidade de atender as necessidades dos programas e ações mantidas pelas secretaria contratante.

13.2 O presente contrato vincula - se ao Processo Administrativo 036/2026, ao Edital e anexos do procedimento de Dispensa de Licitação Nº 012/2026, bem como à proposta da CONTRATADA e demais documentos que instruem o processo para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Fica eleito o foro da cidade de Manoel Emídio, Estado do Piauí, da qual este Município é Termo, para dirimir os conflitos que possam advir da execução do presente Contrato, que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

14.2 Os casos omissos serão decididos pela Administração CONTRATANTE.

E por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Sebastião Leal, _____ / _____ / 2026

Secretaria Municipal de *****
- CONTRATANTE

CONTRATADA

TestemunhaS